

**Entre o projeto modernizante e o projeto feminista:  
as bancárias em Florianópolis (1960-1980)**

*Among the project of modernization and the feminist project:  
the banking women in Florianópolis (1960-1980)*

**Luciana Carlos Geroleti**  
Mestranda, PPGH-UDESC  
geroleti@gmail.com

Resumo: As mulheres já trabalhavam em casas bancárias desde a década de 1920 nas mais diversas atividades, como telefonistas, ascensoristas entre outras funções de apoio aos bancários. Entretanto, é a partir da década de 1960 que os bancos começam a admitir mulheres em seu próprio quadro funcional. No banco do Estado de Santa Catarina - Besc, a implantação do projeto desenvolvimentista em Santa Catarina, na década de 1960, que criou o banco permitiu o ingresso de mulheres na carreira bancária desde o início. Discutir e historicizar a inserção das mulheres nos bancos é o objetivo deste artigo.

Palavras-chave: Bancárias; Modernização; Memórias; Beleza.

*Abstract: Women have worked in banking houses since the 1920s in various activities, such as telephone operators, elevator operators, among other support functions to the bank. However, it is from the 1960s that banks are beginning to admit women on its own staff. On the bank of the State of Santa Catarina - Besc, the implementation of development project in Santa Catarina, in the 1960s, allowed the entry of women in banking career from the beginning. Discuss and historicize the inclusion of women in the banks is the purpose of this article.*

*Keywords: Banking; Modernization; Memories. Beauty.*

## Introdução

O tema da pesquisa aqui apresentada é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso (GEROLETI, 2010) e são também reflexões de um projeto de pesquisa de mestrado em andamento. Vasculhando nos documentos e fotografias disponíveis no acervo Museu Besc, produzidas pelo banco do Estado de Santa Catarina era notável, mas ao mesmo tempo invisível, o lugar em que as mulheres apareciam. Enquanto os homens estavam nos quadros de presidentes, de diretoria, no comando dos departamentos, as mulheres estavam no atendimento telefônico, nas ocupações mecânicas e auxiliares, exercendo as funções de datilógrafas e secretárias. Enquanto estes mesmos homens apareciam nas fotografias de

campeonatos esportivos, as mulheres apareciam nas fotos destes eventos quando estes promoviam concursos de beleza. Foi através deste “rastros” feminino no meio de tantas fotos e fatos masculinos que a história das bancárias pode ser contada. História, aliás, que não foi lembrada nos vários estudos sobre os bancários, desde as origens do movimento sindical até as históricas greves da década de 1980 (CANEDO, 1986).<sup>1</sup> Em livro sobre a história dos bancários em Florianópolis, também, a referência às trabalhadoras bancárias apareceu relacionada aos concursos de miss (MICK, 1995) e dentre estes, analiso neste artigo um deles realizado em Florianópolis pelo sindicato dos bancários no ano de 1979. Depois de tantas “lacunas” na história das trabalhadoras bancárias pareceu-me apropriada a reflexão feita por Elisabeth Souza-Lobo que ao analisar o discurso da classe operária brasileira alertou para a existência de “dois sexos” nesta categoria. O conceito de classe operária utilizado pelo discurso sindical homogeneizou de tal modo a “categoria operária” que desconsiderou as relações sociais, as práticas que definem um modo masculino e um modo feminino de pertencer à classe operária (SOUZA-LOBO, 1991). Poderíamos analisar da mesma forma a categoria “dos bancários”?

Utilizando a metodologia da história Oral, realizei entrevistas com oito mulheres que exerceram a profissão de bancária entre as décadas de 1960 a 1980. Apesar de julgar fundamental a utilização da fonte oral, não considero os depoimentos das bancárias como “respostas” aos questionamentos da pesquisa, atentando para questão da imperfeição inerente às fontes orais. Segundo Portelli (1997, p.32) as fontes orais são fontes narrativas e “a memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”. Procuro levar em conta conforme alertou Joan Scott a experiência das entrevistadas na tentativa de historicizá-las, ou seja, são sujeitos que possuem identidades em constante mutação e é preciso considerá-las na análise histórica (SCOTT, 1998). As “personagens principais” desta história Miriam, Fernanda, Vera, Maísa, Milena, Nair e Sara são apresentadas aqui por pseudônimos, opção feita por elas próprias ao concederem seus depoimentos. As análises foram realizadas utilizando o gênero como categoria de análise histórica, ou seja, como o gênero é construído social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos e como ele dá significado às relações de poder: falar das relações entre os sexos é falar, sobretudo, de poder (SCOTT, 1990). É neste debate que a discussão do

---

<sup>1</sup> Em livro-tese a autora trata da trajetória dos bancários em São Paulo e não há nenhuma referência à atuação das mulheres no movimento.

artigo se insere. Busca-se, aqui, discutir e historicizar a profissão de bancária, bem como analisar como as relações de gênero são experimentadas no mundo do trabalho, considerando que no caso específico do trabalho bancário, esta era uma profissão dominada hierárquica e numericamente por homens nas décadas em estudo. As relações entre homens e mulheres no trabalho seriam, antes de tudo, relações hierárquicas? Qual o sentido da valorização da beleza feminina naquele contexto?

### O banco dos “homens públicos”

O desenvolvimento do sistema financeiro no Brasil está ligado ao processo de industrialização e urbanização que se intensificou a partir dos anos 1930. Até então, as atividades agrárias e exportadoras eram financiadas timidamente através de agências de bancos estrangeiros, situados nas principais cidades com portos exportadores do país (CANEDO, 1986). A partir da década de 1950 a cultura de consumo introduzida no Brasil e a “modernização” presente nos discursos políticos trouxeram mudanças importantes na sociedade brasileira, como a introdução de indústrias de produção de bens de consumo duráveis, que criou não apenas a massificação do consumo, mas um mundo do trabalho mais “tecnologizado”. Nascia aí uma nova classe média, composta de técnicos e especialistas. Multiplicaram-se as opções de trabalho, inclusive para as mulheres, processo acelerado pela crise econômica do início da década de 1960, que levou muitas mulheres da classe média ao mercado de trabalho (CANEDO, 1986). Entre as reformas promovidas pelo governo implantado em 1964 que pretendiam “modernizar” o país, favorecendo, sobretudo, os anseios do setor produtivo e da chamada classe média estava a reforma bancária de 1964, que implementou a financeirização da economia brasileira e a racionalização do setor financeiro. É neste contexto que os bancos começam a se expandir na sociedade brasileira.

Sérgio Schmitz em sua tese de doutorado sobre a criação do BDE - Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina refere-se a este como uma iniciativa dos “homens públicos” de Santa Catarina (SCHMITZ, 1991). Tal referência remete-nos ao contexto político da década de 1950 em Santa Catarina em que esforços políticos pela criação de um banco para o Estado intensificaram-se a partir dos debates desenvolvimentistas internacionais naquele momento, apesar da necessidade de um banco público catarinense estar sendo debatida desde os anos 1930 por políticos catarinenses (SCHMITZ, 1991). Nascia, então, o

Banco de Desenvolvimento-BDE em 1962, que em 1969 passou a se chamar Besc- Banco do Estado de Santa Catarina, como resultado de uma decisão política, fato que o atrelou à cena político-partidária catarinense durante a sua existência e que se confundia com o governo, seu maior acionista (SCHMITZ, 1991). Nesse sentido, interessa-me aqui a compreensão de que os “homens públicos” que criaram o BDE representavam não apenas o sistema político em vigor em Santa Catarina, mas, representavam, sobretudo, também homens, ou seja, sujeitos com funções e lugares diferenciados das mulheres na sociedade.

### As bancárias

Os bancos representam um *locus* privilegiado para a análise das relações de gênero no mundo do trabalho nas décadas de 1960 a 1980, visto que as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho formal, ainda restrito a poucas no período. Apesar do setor financeiro representar já na década de 1980 um dos mais importantes setores terciários no Brasil constatei a existência de poucos estudos feitos sobre as trabalhadoras bancárias. A pesquisadora Liliana Segnini é uma das autoras que se dedicou à temática, fazendo pesquisa em um banco estatal do Estado de São Paulo na década de 1990 (SEGNINI, 1998). Na década de 1960 segundo a autora houve uma feminização do trabalho bancário em todo o mundo, ocasionado pela expansão dos bancos e da automação bancária (a substituição de registros manuais pelo serviço das máquinas).

Foi justamente a necessidade de execução de serviços repetitivos ligados ao registro e à digitação de dados que fez com que se abrissem novos postos de trabalho, período em que a maioria dos bancos no Brasil que ainda não admitiam mulheres em seus quadros, passou a admitir mão-de-obra feminina. Concluiu Segnini que a inserção das mulheres nos bancos não foi somente uma “conquista” das mulheres num local antes reservado ao masculino, uma simples substituição ao trabalho dos homens (SEGNINI, 1998). Foi também, ou mais do que isso, o que a autora considera uma “estratégia do capital”, ou seja, as mulheres preencheram as vagas geradas pelo processo de automação dos bancos, os quais necessitavam de mão-de-obra barata para os serviços mais repetitivos e manuais, depois da expulsão dos trabalhadores. (SEGNINI, 1998).

Algumas pesquisas já mostraram que algumas mulheres trabalhavam em casas bancárias desde a década de 1920, segundo mostra a historiadora Aurea Tomatis Petersen

(PETERSEN, 1999). Pesquisando sobre as bancárias que trabalharam em bancos no Estado do Rio Grande do Sul desde a década de 1920 mostrou a autora, além da existência de mulheres trabalhando em bancos nesta década, as mulheres foram inseridas a partir da década de 1940 no contexto de expansão do trabalho feminino na Pós-segunda guerra mundial em quadro de carreira “auxiliar” ao dos homens. Somente na década de 1960, o banco promoveu a igualdade das carreiras entre homens e mulheres (PETERSEN, 1999).

Há também evidências de mulheres trabalhando no Banco do Brasil na década de 1920, entretanto, neste a admissão de mulheres foi interrompida no período de 1935 a 1968 e só foi retomada por determinação legal após a publicação da lei 5.473 de 09 de julho de 1968.<sup>2</sup> Referida lei proibia a discriminação por sexo para o provimento de cargos sujeito a seleção nas empresas privadas, no funcionalismo público em todas as esferas, nas autarquias, nas sociedades de economia mista e nas empresas concessionárias de serviço público. Assim, em 1969 o concurso de admissão à carreira do Banco do Brasil voltou a admitir a inscrição de mulheres, a contragosto como demonstram os debates ocorridos nos jornais da época. Dias após a publicação da lei, um gerente do banco do Brasil demonstrava preocupação com a inserção das mulheres devido à (suposta) fragilidade emocional feminina, afirmando que experiência com mulheres em serviços especializados do banco não foram satisfatórias e que até agora todos os problemas inerentes à presença da mulher nos serviços do banco foram evitados proibindo-se que ela participasse dos concursos. O gerente justificava que mesmo assim as funcionárias admitidas durante a segunda guerra mundial foram mantidas e que o banco admitia mulheres atualmente para as funções de telefonista e mecanógrafa. (JORNAL DO BRASIL, 1968, p. 15).

No BDE, a admissão de mulheres ocorreu desde a sua fundação em 1962, sendo o primeiro concurso realizado neste mesmo ano

BDE: concurso para escriturário no dia 29 de julho  
Inscrição de 12 a 25 de julho, sendo deferida aos candidatos de *ambos os sexos* que preencham as seguintes funções: 17 a 40 anos incompletos. Prova escrita de português, matemática e datilografia, esta realizada em máquina fornecida pelo banco facultado a escolha entre ‘Olivete’ e ‘Remington’. (O ESTADO, 1962, p.2. grifo da autora)

---

<sup>2</sup> Conforme cartilha do programa de equidade de gênero no Banco do Brasil, produzida e distribuída pelo banco com circulação interna, em posse desta pesquisadora.

Dos trinta candidatos aprovados, cinco eram mulheres (ALVES FILHO et al, 1997). Entre os membros da comissão fundadora do banco no ano de 1961 estava Nair e mais duas mulheres. Quando questionada sobre o motivo da admissão de mulheres no banco, Nair comentou que “isso foi o que a gente achou interessante, porque os colegas da comissão nunca tinham trabalhado com mulher antes, mas decidiram colocar as mulheres da família” (depoimento à autora em 25/03/2010). O depoimento de Nair sugere a atuação de redes de relações políticas e familiares, através da qual as mulheres teriam sido introduzidas inicialmente no banco porque eram da família dos fundadores. Foi Nair também quem fez as inscrições para o primeiro concurso e afirma que a primeira colocada foi uma mulher: “no concurso passaram várias, advinha quem tirou o primeiro lugar? foi uma mulher.” Nair comentou ainda que a primeira colocada era muito inteligente e que

O primeiro presidente já acatou a Lidia para ser secretária dele, pra redigir... Ela só não se adaptava era com máquina de datilografia, aquilo era um horror pra ela, andaram botando ela lá pra bater ficha de... de cadastro, de contabilidade... (depoimento já citado).

Nos primeiros quatro anos da década 1970 ocorre o chamado período áureo da economia brasileira e o Besc, por sua vez, teve 112 agências inauguradas na década por todo o Estado de Santa Catarina (ALVES FILHO et al, 1997). A partir de meados desta década, Milena, Fernanda, Vera, Sara são admitidas no banco. Milena diz que em 1975, quando ainda trabalhava em uma agência do banco sul brasileiro, tinha “só duas mulheres, comigo era três...” (depoimento à autora em 17/03/2010). E quando foi admitida no Besc diz que “quase não tinha nem muitas mulheres trabalhando”. Já Fernanda diz que quando foi admitida em 1976, “o banco admitiu muitas meninas para atendimento ao cliente na abertura de conta” (depoimento à autora em 14/12/2009). Vera disse que chegou numa época que a quantidade de homens e mulheres estava mais igualitária, entretanto, “o homem predominava.” (depoimento à autora em 11/03/2010). Sara diz que quando entrou no banco, em 1979, “tinham mais homens, mas também não tinham poucas mulheres, mas quantidade eu acredito que eram mais homens” (depoimento à autora em 25/03/2010). Em meados da década de 1980, Miriam, Maísa e Márcia também são admitidas no banco. Miriam diz que “quando eu comecei a trabalhar no banco era eu e outra mulher, o resto tudo homem” (depoimento à autora em 06/06/2009) Já Maísa, que iniciou no banco com cargo de chefia, referiu-se às

“raríssimas mulheres que apareciam em cargos de comando” no período (depoimento à autora em 15/03/2010). Segundo Márcia “quando eu entrei no banco achavam que o homem tava mais talhada pra ser bancário, mulher era muito pouca” (depoimento à autora em 18/03/2010).

A opção de trabalhar no banco em Florianópolis surgiu para algumas mulheres como uma oportunidade muito desejada ou como disse Miriam “tinha uma guria tão bonita e ela trabalhava no banco, e quer dizer que coisa boa trabalhar no banco”. Segundo Fernanda “o seu sonho era trabalhar no banco que “naquela época o banco abria as tuas portas, era importante trabalhar no banco, dava status e tinha muito bom salário”. Já para Máisa o banco representava uma forma de exercer a profissão para a qual se formou e entrou no banco depois que “recebi três convites... os dois primeiros eu recusei porque eu queria trabalhar mais dentro da minha área de formação que é Administração”. O motivo de ter aceitado o terceiro convite foi o salário, que segundo Máisa “o salário dobrou, era o tipo de convite irrecusável”. Para Vera a oportunidade de trabalhar no banco ocorreu porque “tinha formação na área e o salário seria maior”.

Os motivos que levaram estas mulheres a ir trabalhar no banco são variados, entretanto, deve ser ressaltado o fato de que todas elas, independente da condição familiar e/ou social em que se encontravam afirmaram que não pensavam em parar de trabalhar para dedicar-se a casa e aos filhos, ao contrário, desejavam seguir uma carreira no banco. É de extrema importância este dado, pois este é um período de transição no Brasil no tocante ao papel das mulheres na sociedade, como consequência das reivindicações feministas e do questionamento do papel das mulheres na sociedade pelos movimentos feministas, os quais levaram às modificações nas legislações referentes às mulheres. Lembrando que até 1962 as mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes, ou seja, estavam sob a tutela do marido e só poderiam trabalhar com autorização deste. Vera lembra que seu “pai não deixou sua mãe trabalhar, por isso ela fez questão de incentivar as filhas” (depoimento citado).

Ainda na década de 1970, Fernanda disse perceber um período em que as próprias mulheres passaram a se cobrar por não trabalhar

Na época, eu vejo assim é a época que a mulher começou a ver que ela tinha potencial pra tá trabalhando fora, da minha geração e de Florianópolis começou assim a mulher vê que ela podia trabalhar no comércio, trabalha no banco, que ela tinha sim que trabalha fora, ela mesma se cobrava isso, de não trabalhar... (depoimento citado).

Percebo aqui que as primeiras funcionárias do Besc exerceram funções de auxílio ao trabalho dos homens, como secretárias e datilógrafas, embora tivessem prestado concurso para mesma carreira que estes, ou seja, mesmo não estando em carreiras “auxiliares”, separadas daquela dos colegas homens como ocorreu no banco do Brasil e no Banrisul, na prática foi o que aconteceu, sendo a primeira colocada no concurso convidada para a função de secretária do presidente. Sara, Fernanda e Miriam também exerceram a função de secretárias.

Foi a profissão de secretária, juntamente com o trabalho em escritório a que mais absorveu a mão-de-obra feminina a partir da década de 1960 em várias partes do mundo. Michelle Perrot, ao analisar o trabalho das mulheres em França do século XIX diz que foi com as “damas” secretárias que começou a verdadeira mutação do trabalho feminino, já que “a imagem da operária continuava repulsiva às mulheres, antítese da feminilidade, foi sob a aparência da graciosa datilógrafa que avançaria o proletariado dos tempos modernos” (PERROT, 2005, p. 195). Dessa forma, a profissão de secretária constitui uma espécie de “marco” do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, o que explica a possibilidade do trabalho no banco ser visto como adequado às mulheres, pela forma burocrática que se constituía o trabalho e que exigia uma qualificação específica, o curso de datilografia, o qual se constituiu no primeiro predado profissional das mulheres fora do lar, para além das prendas domésticas.

Beleza: modernização e distinção social

Foi fator comum nas entrevistas a referência de que “banco era elite” e que “trabalhar no banco era importante” nas palavras de Fernanda, Sara, Milena, Miriam e Nair. Para melhor compreender o que isso significava analiso os dois lados: o banco e as bancárias. A profissão de bancário possuía certo prestígio na sociedade brasileira até a década de 1980. A partir daí, devido ao processo de desqualificação desse tipo de trabalhador, já sentido em outras partes do mundo desde a década de 1960, o *status* profissional e o *métier* bancário foi sendo esvaziado de conteúdo, ocasionado pela mecanização dos serviços e intensificado pela automação (SEGNINI, 1998). Entretanto, no Brasil da década de 1960 a criação de um banco oficial para o Estado, por sua vez, representava modernização e desenvolvimento para Santa



Catarina. Segundo Mara Rubia Sant'Anna, Florianópolis entre as décadas de 1950 a 1970 era uma cidade em “emersão” que buscava associar-se às práticas modernas, utilizando-se de modelos de distinção vindos da capital francesa e divulgados através da imprensa dos grandes centros, reproduzindo nos jornais locais “modos de parecer” em que a aparência era sinônima de poder (SANT' ANNA, 2005). O banco representava neste contexto um elo entre uma “sociedade moderna” e a elite da cidade e dessa forma esteve fortemente ligado à sociedade, através de patrocínios de eventos sociais, festas regionais e principalmente comemorações políticas. Por isso, considero a hipótese de que o trabalho no Besc, banco oficial do Estado, aliado ao status profissional que a profissão ainda mantinha foi o que tornou peculiar o pertencimento à elite de que falaram as bancárias.

Em meio ao contexto de valorização da beleza e das misses desde os anos 1950, Florianópolis também buscou fazer parte da escolha da “Mais Bela”. A “sociedade brasileira se descobria moderna e procurava experimentar a modernidade, em que o moderno era tido como belo e a riqueza estava subordinada ao adjetivo da beleza, sendo esta relação uma estratégia de poder em construção” (SANT' ANNA, 2005, p.485). A importância social, mas também política, que adquiria a beleza perpassava os mais diversos setores da sociedade. Em 1955 Martha Rocha chegava à Florianópolis para participar do Concurso *Miss* Catarinense, primeiro grande evento de beleza do Estado de Santa Catarina, que contou com o empenho de políticos, empresários e cronistas sociais da cidade, demonstrando a relação dos concursos de beleza com a sociedade, com os políticos e a tentativa de inserção da cidade no espaço brasileiro da beleza (SANT' ANNA, 2005). Em 1969 Vera Fischer, representante do concurso “*Miss* Catarinense”, seria eleita a “rainha dos brasileiros e de Santa Catarina” e voltava a Florianópolis recepcionada gloriosamente, desfilando no caminhão do corpo de bombeiros e sendo aplaudida pela população (SANT' ANNA, 2005).

No final da década de 1970 Fernanda e Milena participaram do concurso de miss “A mais bela bancária”. Numa promoção conjunta do sindicato dos bancários e de dois clubes sociais da cidade, doze candidatas, bancárias de vários bancos, desfilaram disputando o título de “*Miss* Bancária”, cujo prêmio era um troféu, além de um ingresso para o show de Roberto Carlos e de uma “belíssima jóia” (O BANCÁRIO, 1979). A noite do desfile foi apresentada pelo cantor e ator Alan Braga, contou com a participação de Celso Pamplona e o grande

destaque artístico foi a apresentação de Moacyr Franco (figura 1 abaixo).<sup>3</sup> Fernanda, eleita a *miss* bancária, comentou que

Na época era assim, não é como é hoje, modelo. Era uma coisa mesmo assim direcionada à bancária, uma coisa séria, não era assim vulgar você participa... era assim mostrar a beleza de uma bancária, então assim era uma postura, que eles quiseram na época, de bancos... (depoimento citado)

Fernanda fala sobre a beleza exigida pelo concurso como sinônima de *status* e distinção social, que deve ser exposta, ao contrário de outra, vulgarizada, que não condiz com o modelo de belo, sinônimo de modernidade e desenvolvimento



Figura 1- Desfile de escolha da *miss* bancária. Fonte: O Bancário

Embora a fotografia não reconstitua fatos do passado, nem representa prova evidente do fato acontecido, ela é um meio de conhecimento desse passado (KOSSOY, 2001). Através da fotografia acima podemos compreender o contexto temporal de beleza que o concurso “A mais bela Bancária” estava inserido. Além dos concursos de destaque nacional e internacional, os concursos de beleza junto aos clubes sociais e de determinadas categorias profissionais, como “a mais bela do município” (A GAZETA, 1979, p.8) ou a “mais bela

<sup>3</sup> Importante considerar a “configuração de estrelas” participantes do concurso, como o apresentador Moacyr Franco, o ator /cantor Alan Braga e o então jovem cantor Roberto Carlos, além de colunistas sociais da cidade como Celso Pamplona. Tal composição de ídolos permite perceber a influência das novas mídias na vida das pessoas a partir da década de 1970, as quais também faziam parte da estratégia de modernização.

funcionária do Hospital Caridade (A GAZETA, 1979, p. 4). O primeiro atendia a uma exigência posta pelas atividades sociais realizadas entre os clubes, o segundo “servia como forma de promoção e auto-estima profissionais do setor como também de pretexto para o incentivo á sociabilidade, que se pretendia manter mais amigável entre os diferentes colegas” (SANT’ ANNA, 2005, p.453). Por que um concurso de beleza dentre as várias opções de confraternização possíveis, como uma gincana ou competição esportiva? O que significa ser miss de uma categoria profissional homogeneizada pela figura masculina? Considerando a contribuição de Michele Perrot, a beleza feminina, como uma questão de gênero e poder, representa também certo tipo de “poder social” atribuído às mulheres

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo das palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela. (PERROT, 1988. p. 167)

Este “poder social” atribuído às mulheres contribuiu para a manutenção do mito de que as mulheres teriam “poderes” que se manifestam mais no privado, no familiar e no social do que no público e no político. O discurso do “poder social” acaba afastando as mulheres de outro tipo de poder, que está no espaço público, no mundo do trabalho.

### Considerações finais

O trabalho no banco não significou para as bancárias do Besc apenas a conquista de um emprego antes destinado aos homens, foi também parte da estratégia de modernização e da ideologia desenvolvimentista que chegava ao Estado de Santa Catarina na década de 1960, em que a beleza era sinônima de modernização. O motivo das mulheres terem sido admitidas desde o início pode ser explicado pela relação de parentesco das três primeiras funcionárias com os fundadores do banco, mas o deferimento da inscrição no concurso a homens e mulheres pode ser visto como reflexo das mudanças que aconteciam na sociedade brasileira no tocante ao papel das mulheres. Apesar de iniciarem em carreira igual a dos colegas homens, ao contrário do que ocorreu em outros bancos em que as mulheres eram admitidas somente em quadros auxiliares como telefonistas, ascensoristas e datilógrafas, no cotidiano

das relações de trabalho as primeiras bancárias do Besc foram designadas para tais funções, como a primeira classificada no concurso que logo foi chamada para ser a secretária do presidente.

No Brasil, talvez a “homogeneização de gênero” nas categorias e classes trabalhadoras esteja ligada à ausência de políticas públicas de gênero ou a ausência das mulheres nos movimentos de trabalhadores sindicais, os quais historicamente se caracterizaram como a “luta dos homens”. Por isso, a questão atual não é mais a inserção e sim a equidade de gênero no mundo do trabalho e a compreensão da multiplicidade de identidades, pois ainda hoje os estereótipos de gênero, ou seja, o conjunto de traços capazes de caracterizar o homem e a mulher, os quais constituem “prisões de gênero”, continuam a influenciar sobremaneira a forma de pensar de uma sociedade e suas relações de trabalho. Por ora, concluo que discutir as mulheres enquanto sujeitos nomeados como tal e o que isso significa é uma forma de compreender as persistentes desigualdades entre homens e mulheres nos dias atuais.

## Referências

A GAZETA. Florianópolis: 04 ag. 1979. Coluna Celso Pamplona, p.4.

A GAZETA. Florianópolis: 22 ag. 1979. Coluna Celso Pamplona. p.4.

ALVES FILHO, Antônio et al. Besc: uma idéia 35 anos depois. Florianópolis: Besc, 1997.

BANCO do Brasil teme fragilidade da mulher. Jornal do Brasil, acervo on line, São Paulo, 12 jul. 1968. Disponível em:<<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=1>>. Acesso em: 01 set. 2011.

BRASIL. Lei 5.473, 9 julho de 1968. Regula o Provimento de Cargos e da Outras Providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p.5833, 19 jul. 1968. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=118273&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 17/07/2011.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Bancários: movimento sindical e participação política. Campinas (SP): Ed Unicamp, 1986.

GEROLETI, Luciana Carlos. Entre a “bela” e a “bancária”: Memórias e representações femininas de mulheres bancárias. Trabalho de Conclusão de Curso, UDESC: Florianópolis,

2010.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MICK, Jacques. Sessenta: Uma história, 1935-1995. Florianópolis: SEEB de Florianópolis e região, 1995.

O BANCÁRIO. Florianópolis: SEEB Floripa. Out./Nov. 1979.

O ESTADO. Florianópolis, 13 jul. 1962, p.5.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETERSEN, Aurea Tomatis. Trabalhando no banco: trajetórias de mulheres gaúchas desde 1920. Tese. (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre, 1999.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História, São Paulo, n. 14, p.25-39, fev. 1997.

PRÓ-EQUIDADE de gênero no Banco do Brasil. Brasília: Universidade Corporativa Banco do Brasil, 2010.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. Aparência e poder: Novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis. De 1950 a 1970. Tese. (Doutorado em História) – IFCH-UFRGS/RS, Porto Alegre, 2005.

SCHMITZ, Sérgio. Bancos privados e públicos em SC: A trajetória do BDE (contribuição à história bancária catarinense). Tese. (Doutorado em História) – USP/SP, São Paulo, 1991.

SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. Projeto História, São Paulo: EDUC, n. 16, p. 297-325, fev. 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, n.16, p.73-99, jul./dez. 1990.

SEGNINI, Liliana. Mulheres no trabalho bancário. São Paulo: Edusp, 1998.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: SMC: Editora Brasiliense, 1991.

#### Entrevistas orais

Fernanda (nome fictício). 51 anos, divorciada, três filhos, admitida em 1973, trabalhou 17 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 14 de dez. de 2009.

Maísa (nome fictício). Casada, dois filhos, admitida em 1983, trabalhou 19 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 15 de mar. de 2010.

Márcia (nome fictício). 50 anos, solteira, não possui filhos, admitida em 1982, desde 1985 atuou como psicóloga dentro do banco, trabalhou 20 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 18 de mar. de 2010.

Milena (nome fictício). 52 anos, separada, possui um filho, bancária desde 1975, trabalhou dois anos no banco sul brasileiro (extinto) e 25 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 17 de mar. de 2010.

Miriam (nome fictício). 50 anos, divorciada, dois filhos, admitida em 1982, trabalha há 28 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 06 de jun. de 2009.

Nair (nome fictício). 65 anos, solteira, um filho, membra da comissão fundadora do banco do Estado de Santa Catarina em 1961, no qual trabalhou 34 anos. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 25 de mar. de 2010.

Sara (nome fictício). 50 anos, uma filha, admitida em 1979, trabalhou 21 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 25 de mar. de 2010.

Vera (nome fictício). Casada, duas filhas, admitida em 1976, trabalhou 20 anos no banco do Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida a Luciana Geroleti. Florianópolis, 11 de mar. de 2010.